



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 4/2026/SMCL-DGNA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
Processo Administrativo:	005.004752/2025-66
Assunto:	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL).
Órgão Central do Planejamento:	Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos – SEG
Data do Pedido:	09/02/2026
Orgão requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA
E-mail:	dgna.sgp@portovelho.ro.gov.br
Telefone:	(69) 99937-7265

Unidades Administrativas Participantes

- Secretaria Municipal de Saúde – **SEMUSA**;
- Superintendência Municipal de Tecnologia de Informação e Pesquisa – **SMTI**;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – **SEMDEC**;
- Secretaria Municipal de Economia – **SEMEC**;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **SEMAGRIC**;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – **SEMA**;
- Conselho Municipal de Educação – **CME**;
- Secretaria Municipal de Educação – **SEMED**;
- Controladoria Geral do Município – **CGM**;
- Superintendência Municipal de Distritos – **SMD**;
- Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – **SEMIAS**;
- Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – **SEMTEL**;
- Secretaria Municipal de Administração – **SEMAD**;
- Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – **SEMTRAN**;
- Fundação Cultural de Porto Velho – **FUNCULTURAL**;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura – **SEINFRA**;
- Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil – **SMPDC**;
- Procuradoria Geral do Município – **PGM**;
- Secretaria de Governo – **SGOV**;
- Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – **SMCL**.

2. Descrição do Objeto

Constitui o objeto da presente Minuta do Termo de Referência o Sistema de Registro de Preços – SRP, para eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL)**, visando atender as unidades administrativas participantes, conforme condições, especificações e quantidades estimadas neste instrumento.

Os quantitativos foram obtidos levando-se em consideração a apuração realizada pelas Unidades Administrativas solicitantes por um período de 12 (doze) meses.

3. Natureza do Objeto da Contratação

(x) Objeto Comum.

4. Descrição da necessidade da Contratação

(inciso I, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

De maneira geral, a Administração Pública optou pelo procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços do objeto em tela visto que as Unidades Administrativas (interessadas) possuem demandas.

Nesse contexto, abaixo transcreve-se as justificativas apresentadas pelas unidades administrativas participantes, observa-se:

- Secretaria Municipal de Saúde – **SEMUSA (id 388396):**

“Vimos por meio deste informar que o referido instrumento visa a aquisição de copos descartáveis, insumos essenciais dentro de nossas unidades de saúde, devido à sua versatilidade e importância no ambiente hospitalar e ambulatorial, sendo utilizados diariamente em diversas situações que envolvem o atendimento direto à população.

A presente manifestação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que prevê o Sistema de Registro de Preços como instrumento de racionalização das contratações públicas; no Decreto Municipal nº 18.892/2023, que disciplina o procedimento de adesão e participação em Atas de Registro de Preços; e no art. 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantindo acesso universal e igualitário às ações e serviços. Ademais, a medida observa os princípios da eficiência, continuidade e universalidade previstos no art. 37 da Constituição Federal, assegurando a regularidade da prestação dos serviços públicos e evitando qualquer descontinuidade que possa comprometer a saúde coletiva.

Os copos plásticos descartáveis são insumos essenciais e de uso contínuo nas unidades hospitalares, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), e outras unidades desta secretaria sendo utilizados para a hidratação dos pacientes, para a administração de medicamentos via oral, para o apoio às rotinas ambulatoriais e hospitalares e até mesmo em procedimentos de apoio que exigem praticidade e segurança. Sua utilização representa medida eficaz de biossegurança, pois elimina a necessidade de processos de higienização e esterilização que poderiam se tornar fontes de contaminação. Ressalta-se que, por razões sanitárias e legais, os copos não podem ser reutilizados, devendo obrigatoriamente ser descartáveis, conforme orientações da ANVISA (RDC nº 50/2002 e RDC nº 63/2011) e da NR-32 (Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde).

A ausência desse insumo compromete diretamente a continuidade dos serviços públicos de saúde, em violação ao princípio da eficiência e da continuidade previsto no art. 6º da Lei nº 8.987/1995. A não aquisição dos copos plásticos descartáveis em tempo hábil pode gerar sérios prejuízos à prestação dos serviços públicos de saúde, em afronta aos princípios constitucionais da eficiência, continuidade e universalidade (art. 37 da CF e art. 196 da CF).

Entre os impactos da não aquisição, destacam-se: prejuízos à saúde dos pacientes, pela inviabilidade da correta administração de medicamentos via oral, pela dificuldade de hidratação e pelo aumento do risco de contaminação cruzada e infecções hospitalares, contrariando normas da ANVISA e colocando em risco a integridade física e clínica dos usuários do sistema público de saúde; prejuízos aos servidores, que ficariam expostos a maior risco ocupacional, em desacordo com a NR-32, além de terem sua rotina de trabalho comprometida, o que pode gerar sobrecarga, estresse e diminuição da eficiência dos serviços prestados; prejuízos às Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e outros, que dependem do insumo para consultas, vacinação e administração de medicamentos, comprometendo o atendimento primário e a confiança da população nos serviços públicos, podendo resultar em reclamações, denúncias e responsabilização administrativa da gestão; e impacto legal e administrativo, com possibilidade de responsabilização da Administração por omissão, caso a falta de insumos cause danos à saúde de pacientes ou servidores (art. 37, §6º da CF).”

- **Superintendência Municipal de Tecnologia de Informação e Pesquisa – SMTI (id 0406378):**

“A aquisição de copos descartáveis mostra-se necessária para assegurar o regular funcionamento das rotinas administrativas da Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI, tratando-se de material de consumo indispensável ao atendimento diário de servidores, colaboradores e visitantes, no ambiente institucional.

O fornecimento contínuo desse insumo é essencial para garantir condições adequadas de higiene, saúde e bem-estar no local de trabalho, bem como para atender às normas sanitárias vigentes, evitando o compartilhamento de utensílios reutilizáveis sem controle adequado.

O quantitativo solicitado mantém-se equivalente ao adotado no exercício anterior, tendo em vista a manutenção do número de servidores, do fluxo de atendimento e do padrão de consumo, não havendo alteração significativa na demanda que justifique ajuste quantitativo.

Dessa forma, a aquisição se revela conveniente e oportuna, assegurando a continuidade das atividades administrativas da SMTI, sem prejuízo à economicidade e ao planejamento das contratações, em conformidade com o Decreto Municipal nº 18.892/2023 e a Lei nº 14.133/2021.”

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – SEMDEC (id 0406460):**

*“A aquisição de copos plásticos descartáveis é **indispensável para o funcionamento regular das atividades administrativas da SEMDEC**, garantindo condições adequadas de higiene, saúde e organização nos ambientes de trabalho e atendimento ao público.*

Trata-se de material de consumo essencial, utilizado de forma contínua em razão:

do fluxo diário de servidores e visitantes;

da realização de reuniões, atendimentos e atividades institucionais;

da necessidade de observância às normas sanitárias e de higiene no ambiente de trabalho.

*A estimativa dos quantitativos baseou-se na **projeção de consumo mensal**, considerando o histórico de utilização da Secretaria e a manutenção do padrão de consumo ao longo do exercício. Caso não haja aquisição recente registrada, a estimativa foi realizada de forma **preventiva e conservadora**, evitando desabastecimento.*

Os benefícios esperados com a contratação incluem:

garantia da continuidade das atividades administrativas;

padronização do fornecimento;

melhor planejamento das contratações;

economicidade e eficiência, mediante participação em SRPP;

redução de compras emergenciais e fracionadas.

Não há direcionamento de marca, observando-se exclusivamente as especificações técnicas permitidas pela legislação vigente.”

- **Secretaria Municipal de Economia –SEMEC (id 0406463):**

“O material de consumo citado acima é de suma importância para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Economia (SEMEC) à qual possui duas unidades, tendo em vista que, esta secretaria dispõe de um expediente de atendimento das 08h às 14h horas, sendo assim os materiais de limpeza estimados são para um período de 12 meses e destina-se a reposição do estoque, estes materiais são imprescindíveis para abastecimento das unidades que compõem a SEMEC.

Importante mencionar que o material supracitado é para atender as necessidades de toda a Secretaria, tendo em vista, a organização da nova reestruturação desta Secretaria Municipal de Economia (SEMEC) por meio da lei complementar nº 1.000, de 07 de Janeiro de 2025 e também do Decreto nº 21.133, de 03 de Julho de 2025, estabelecendo a Organização das Secretarias Municipais, Superintendências e Fundações, gerando um aumento no consumo de material limpeza.

Desta Forma, a quantidade requerida é para suprir toda necessidade da secretaria prevenindo assim a falta do material, evitando prejudicar o andamento dos trabalhos, especialmente no que diz respeito à limpeza e manutenção predial, posto isto informamos que temos interesse em participar da Ata de Registro de Preços a ser implantada.”

- **Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEMAGRIC (id 0406787):**

“A aquisição de copos descartáveis mostra-se necessária para atender às demandas diárias de consumo de água, café e outras bebidas pelos servidores desta secretaria. Considerando o fluxo constante de pessoas e a necessidade de manter condições adequadas de higiene e saúde, o uso de copos descartáveis contribui significativamente para a prevenção de contaminações cruzadas e a promoção de um ambiente mais seguro.

Além disso, a utilização de copos descartáveis reduz a necessidade de lavagem e armazenamento de utensílios reutilizáveis, otimizando o tempo de trabalho e o consumo de água e produtos de limpeza. Tal medida também evita o compartilhamento de recipientes, o que é essencial para atender às normas sanitárias vigentes.

Dessa forma, a aquisição dos copos descartáveis é indispensável para garantir a continuidade das atividades, o bem-estar dos usuários e o cumprimento das boas práticas de higiene no ambiente de trabalho.”

• **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA (id 0408823):**

“A aquisição de copos plásticos descartáveis revela-se indispensáveis para atender às demandas cotidianas de consumo de água, café e outras bebidas por servidores, colaboradores e usuários que frequentam as dependências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.

Em razão do fluxo constante de pessoas e da necessidade de assegurar condições adequadas de higiene e saúde no ambiente laboral, utilização de copos descartáveis contribui de forma significativa para a prevenção de contaminação cruzada, estando em consonância com as normas sanitárias vigentes e as boas práticas de saúde.

Ressalta-se ainda, que a adoção de copos descartáveis reduz a necessidade de higienização e armazenamento de utensílios reutilizáveis, promovendo economia de água, insumos de limpeza e tempo de trabalho, além de conferir maior eficiência e racionalidade às rotinas administrativas.

Dessa maneira, a aquisição pretendida mostra-se essencial para garantir a continuidade das atividades da SEMA, o bem estar dos usuários e a adequada prestação do serviço público, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.”

• **Conselho Municipal de Educação – CME (id 0409265):**

“Considerando o Ofício Circular Nº4/2026-SMCL-GAB/SMCL-SEG/SMCL-DGNA, referente a manifestação de interesse deste Conselho Municipal de Educação em participar do Sistema de Registro de Preços Permanente – SRPP, para Aquisição de Material de Consumo (COPO DESCARTÁVEL).

Visando atender as demandas de trabalho deste conselho, que na sua estrutura organizacional é constituído por: Gabinete da Presidência, Conselho Pleno, Câmara de Planejamento, Normatização e Avaliação, Câmara de Acompanhamento da Educação Infantil e Câmara de Acompanhamento do Ensino Fundamental, Assessoria Técnica, Departamento Técnico e suas respectivas Gerências de Acompanhamento da Educação Infantil, Acompanhamento do Ensino Fundamental e Planejamento, Normatização e Avaliação, e o Departamento Administrativo com suas Gerências de Orçamento e Processos, de Informática e de Patrimônio, Material e Pessoal, do qual fazem parte, atualmente 16 servidores e 11 conselheiros.

Considerando a necessidade de atender aos conselheiros nas reuniões de câmara e sessões plenária que ocorrem semanalmente, sendo: 12 (doze) reuniões de câmara e 02 (duas) sessões plenárias ao mês, bem como aos técnicos que atuam diariamente no desenvolvimento das ações desta unidade administrativa, com vista a garantir o bom desempenho dos serviços executados por todos.

*Confirmamos, desta forma, a participação no **Processo nº 005.004752/2025-66**, de maneira a atender as demandas apresentadas pelos Departamentos e Conselho Pleno deste CME e apresentamos em anexo os empenhos de aquisições anteriores, quadro com cronograma de distribuição e quantitativo mínimo e total a registrar de copos descartáveis.*

Por conseguinte, justificamos a necessidade da referida aquisição.”

• **Secretaria Municipal de Educação – SEMED (0411287):**

“Justificamos a contratação de copos descartáveis para manutenção da Sede Administrativa SEMED e Escolas Centralizadas, mantidas por esta Unidade Administrativa.

Com a eventual aquisição pretende-se suprir e garantir adequadamente os serviços e atendimentos do fluxo diário de servidores e visitantes; da realização de reuniões, atendimentos e atividades institucionais; e da necessidade de observância às normas sanitárias e de higiene no ambiente de trabalho.

Os copos descartáveis são itens de consumo contínuo e essenciais ao funcionamento diário do órgão, sendo utilizados em bebedouros e no preparo e consumo de café, especialmente em ambientes compartilhados, onde o uso de utensílios reutilizáveis não é viável ou recomendado. Sua utilização contribui para a prevenção da disseminação de doenças, atendendo às normas de saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Além disso, a Semed engloba diversos setores que atuam em frentes distintas, cada um com demandas específicas. Dessa forma, materiais de consumo, como copos descartáveis, são fundamentais para assegurar que todas essas unidades operem em sincronia e de maneira integrada.

A ausência desses materiais poderia impactar negativamente a rotina interna, interferindo na qualidade dos serviços prestados e até na satisfação dos servidores que utilizam as instalações no cotidiano. Portanto, a aquisição desses itens não é apenas uma questão de conveniência, mas uma medida imprescindível para manter o fluxo contínuo de trabalho na instituição.

Assim, a compra de copos descartáveis visa atender a uma necessidade básica e garantir que todos os setores da Semed continuem a oferecer o melhor serviço à comunidade, sempre dentro de um ambiente

funcional e adequado às suas operações.”

- **Controladoria Geral do Municipal – CGM (id 0411593):**

“A aquisição de copos descartáveis mostra-se necessária para assegurar o regular funcionamento das rotinas administrativas da Controladoria Geral do Município - CGM, tratando-se de material de consumo indispensável ao atendimento diário de servidores, colaboradores e visitantes, no ambiente institucional.

O fornecimento contínuo desse insumo é essencial para garantir condições adequadas de higiene, saúde e bem-estar no local de trabalho, bem como para atender às normas sanitárias vigentes, evitando o compartilhamento de utensílios reutilizáveis sem controle adequado.

O quantitativo solicitado mantém-se equivalente ao adotado no exercício anterior, tendo em vista a manutenção do número de servidores, do fluxo de atendimento e do padrão de consumo, não havendo alteração significativa na demanda que justifique ajuste quantitativo.

Dessa forma, a aquisição se revela conveniente e oportuna, assegurando a continuidade das atividades administrativas da CGM, sem prejuízo à economicidade e ao planejamento das contratações, em conformidade com o Decreto Municipal nº 18.892/2023 e a Lei nº 14.133/2021.”

- **Superintendência Municipal de Distritos – SMD (id 0513639):**

“A aquisição de copos descartáveis se faz necessária para atender às demandas diárias de consumo de água, café e outras bebidas por parte de servidores, colaboradores, visitantes e demais usuários nas dependências desta instituição/órgão e dos 13 Distritos de Porto Velho/RO.

Além disso, os copos descartáveis facilitam a organização e a limpeza dos espaços comuns, reduzindo o tempo e os custos com lavagem e manutenção de utensílios reutilizáveis. A compra desses copos também está alinhada com as práticas de bem-estar no ambiente corporativo, proporcionando conforto e comodidade a todos os usuários e são essenciais para garantir a higiene, praticidade e segurança sanitária, especialmente em ambientes com grande circulação de pessoas, evitando a contaminação cruzada que pode ocorrer com o uso compartilhado.

Além disso, a adoção de copos descartáveis contribui para a agilidade no atendimento ao público e reduz a necessidade de estrutura e mão de obra para lavagem e esterilização de copos reutilizáveis.

Ressalta-se que a escolha por modelos biodegradáveis ou recicláveis poderá ser considerada, a fim de minimizar o impacto ambiental da utilização desses itens.

Dessa forma, a aquisição de copos descartáveis é justificada como uma medida de apoio à rotina funcional da instituição, visando melhores condições de trabalho, atendimento e saúde pública.”

- **Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS (id 0 418546):**

*“Constitui objeto do presente Documento de Formalização de Demanda a aquisição de **Materiais de Consumo – COPO** visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social e Família/SEMIAS.*

A Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social e Família/SEMIAS tem a missão de promover o atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Destacamos que são atendidas diretamente crianças, adolescentes, adultos e idosos com a medida protetiva de abrigamento em nossas 04 (quatro) unidades acolhedoras: Casa abrigo da Mulher, Albergue Frei Damião, Casa Juventude e CREAS POP, ficando abrigados por tempo indeterminado, desligando-se quando do retorno a sua localidade de origem (CIDADE) e retorno ao seio familiar, através de determinação judicial.

Além das Unidades acolhedoras, contamos com atividades diariamente nos CRAS, CREAS, Conselhos e Departamentos, havendo uma demanda de circulação de pessoas e servidores, devido ao cadastro em projetos sociais, atividades como fortalecimentos de vínculos, através de oficinas, reuniões e trabalhos administrativos internos.

Considerando a significativa demanda de utilização de COPOS dentro da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, uma vez que se trata de um insumo indispensável para atividades diárias principalmente nas unidades de acolhimento.”

- **Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – SEMTEL (id 0421885):**

“Considerando as orientações do Inciso VII, Art. 12 da Lei nº 14.133/2021 se fez necessária a elaboração

de Documento de Formalização de Demanda – DFD, para Abertura de Processo Administrativo, justifica-se a manifestação quanto ao interesse em participar do processo de implantação da nova ata de sistema de registro de preços permanente – SRPP – para Eventual Aquisição de Material de Consumo (copo Plástico Descartável).

Considerando que o Departamento Administrativo é o departamento meio da SEMTEL, responsável por interligação e gestão de todos os departamentos em conjunto com o gabinete do secretário, fica a responsabilidade deste, dar início aos procedimentos de implantação de eventuais registros de preços. O levantamento dos materiais foi realizado visando as necessidades das unidades que estão sob responsabilidade da SEMTEL sendo elas, Sede (Localizada na General Osório nº 81), Vila Olímpica (Localizada na Av. Amazonas, 6363 - Nova Porto Velho, antiga SEMES), Praça CEU (R. Antônio Fraga Moreira, 1706-1770 - Juscelino Kubitschek) entre outros polos desportivos.”

• **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD (0423693):**

“A justificativa para a aquisição de copos descartáveis está relacionada à necessidade de atender às demandas dos serviços públicos municipais, visando garantir o bem-estar e a comodidade tanto dos servidores quanto do público em geral. O uso de copos descartáveis contribui para a manutenção da higiene e segurança, especialmente em ambientes com grande circulação de pessoas, como repartições públicas, onde o fornecimento de água é essencial.

A SEMAD, é responsável pelo atendimento ao público, e tem registrado um aumento significativo no fluxo de atendimentos nos últimos meses, o que gerou uma demanda maior por copos descartáveis nos tamanhos de 50 ml e 200 ml. Essa demanda também se estende ao Departamento de Patrimônio, Arquivo, Logística, Almoxarifado, Conservação e Reparos - DPRLC, o que reforça a necessidade de aquisição planejada e coordenada para atender a todos os setores envolvidos.”

• **Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN (id 0425422):**

“Em atenção ao Ofício Circular n.º 4/2026 - SMCL-GAB/SMCL-SEG/SMCL-DGNA , que informa sobre o processo de Implantação da Ata de Sistema de Registro de Preços Permanente - SRPP para a eventual aquisição de material de Consumo (copo descartável), a Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN manifesta, por meio deste, seu interesse em participar do referido processo.

Considerando que trabalham ou transitam por esta Secretaria , cerca de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas que diariamente necessitam de consumir água potável, além dos servidores que estão na Escola Vivencial de Trânsitos onde os Agentes de Trânsito encontra-se lotado fora do prédio desta Secretaria.

A aquisição de copos descartáveis de 200 ml e 50 ml, visa atender às necessidades diárias de aproximadamente 60 contribuintes. Esses materiais são essenciais para garantir a oferta de água e outras bebidas durante o atendimento ao público, proporcionando maior conforto e hospitalidade.”

• **Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL (id 0424775):**

“A Fundação Cultural do Município de Porto Velho – FUNCULTURAL é regida pela Lei Complementar nº 250, de dezembro de 2005, integrando a Administração Indireta do Poder Executivo Municipal, competindo-lhe, dentre outras atribuições:

- I – promover e difundir a cultura e a arte em todas as suas manifestações;
- II – estimular e orientar as atividades artísticas e culturais.

No exercício dessas competências institucionais, a FUNCULTURAL realiza, de forma contínua, eventos culturais, festivais, exposições, palestras, reuniões institucionais e demais atividades voltadas à promoção e disseminação da cultura local, atendendo servidores, artistas, colaboradores e a população em geral.

Nesse contexto, a aquisição de copos descartáveis mostra-se necessária, conveniente e oportuna, configurando-se como medida essencial para assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais da Fundação, bem como para garantir suporte logístico básico aos eventos promovidos, os quais envolvem a participação de um expressivo número de pessoas.

A contratação pretendida visa viabilizar a aquisição eventual de copos descartáveis, classificados como material de consumo, cuja demanda é contínua e indispensável para possibilitar o fornecimento de água aos servidores e ao público atendido, assegurando condições mínimas de higiene, segurança e eficiência operacional.

Razão da Necessidade e Indispensabilidade do Objeto: Os copos descartáveis são indispensáveis para o desempenho das atividades da Fundação, tanto no âmbito administrativo quanto nos eventos culturais realizados, tais como festivais, exposições, palestras e demais encontros institucionais. Sua utilização permite uma logística mais eficiente, facilita a distribuição de bebidas, reduz riscos sanitários e

assegura maior organização, especialmente em ações com grande fluxo de participantes.

A ausência desse material comprometeria diretamente a execução das atividades, impactando negativamente o atendimento ao público, a saúde dos participantes e a organização dos eventos promovidos pela FUNCULTURAL.

Benefícios Esperados e Objetivos a Serem Alcançados: A aquisição dos copos descartáveis proporcionará os seguintes benefícios:

- **Praticidade e Eficiência:** Agilidade na distribuição de bebidas, eliminação da necessidade de lavagem e otimização da organização dos eventos;
- **Higiene e Segurança:** Redução dos riscos de contaminação, assegurando condições adequadas de saúde, especialmente em eventos com grande concentração de pessoas;
- **Redução de Desperdício:** Possibilidade de adoção de práticas de coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- **Apoio à Economia Local:** Potencial priorização de fornecedores locais, contribuindo para o fortalecimento da economia regional.

Dessa forma, a contratação objetiva:

- Facilitar a logística e a organização dos eventos promovidos pela Fundação;
- Garantir uma experiência confortável, segura e adequada aos participantes;
- Reforçar o compromisso institucional com a responsabilidade social e a sustentabilidade.”

• **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA (id 0412714):**

“Considerando o elevado fluxo diário de servidores, colaboradores e munícipes atendidos nos ambientes administrativos e operacionais desta Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, faz-se necessária a aquisição contínua de **copos plásticos descartáveis**, como material de consumo essencial ao regular funcionamento das atividades institucionais.

A utilização de copos descartáveis é imprescindível para garantir condições adequadas de higiene, saúde e bem-estar, evitando o compartilhamento de utensílios e reduzindo riscos de contaminação, especialmente em locais de atendimento ao público, setores administrativos, frentes de serviço e unidades operacionais. Dessa forma, a aquisição contribui diretamente para a manutenção de ambientes salubres e para a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

A participação da SEINFRA no **Registro de Preços Permanente – SRPP para eventual aquisição de material de consumo (copo plástico descartável)**, justifica-se pela necessidade de reposição frequente desse material de consumo, permitindo maior eficiência no planejamento, controle de estoque e atendimento das demandas conforme a necessidade, com observância aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Os materiais adquiridos serão centralizados no Almoxarifado da Secretaria para fins de controle, distribuição e racionalização do uso, garantindo o atendimento às necessidades dos Departamentos, Divisões e Unidades vinculadas à SEINFRA, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores e maior eficiência no atendimento à população.

OBSERVAÇÃO:

O Decreto nº 21.133, de 3 de julho de 2025, da Prefeitura de Porto Velho, reorganiza a Administração Pública Municipal conforme a Lei Complementar nº 1.000/2025. Ele promove a fusão da Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação (SEMOB) com a Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos (SEMUSB), criando a nova Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA).

A necessidade está fundamentada nos seguintes dispositivos legais:

- Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:
- Art. 5º – princípios da Administração Pública;
- Art. 11 – exigência de planejamento prévio;
- Art. 18 – necessidade de estudo técnico preliminar quando cabível;
- Art. 40 – adequada descrição do objeto;
- Art. 75 – hipóteses de dispensa, quando aplicável.
- Decreto Municipal nº 18.892/2023, que estabelece normas gerais para elaboração do Documento de Formalização da Demanda – DFD e planejamento das contratações.
- Normativas sanitárias da ANVISA, Ministério da Saúde e regras de higiene aplicáveis aos equipamentos públicos.

A aquisição é oportuna e conveniente para garantir a continuidade dos serviços socioassistenciais e para manutenção das condições mínimas de higiene e segurança exigidas para o atendimento à população.”

- **Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil – SMPDC (id 0441189):**

“O fornecimento contínuo desse insumo é essencial para garantir condições adequadas de organização, higiene e apoio logístico no ambiente institucional, considerando especialmente a natureza das atividades desenvolvidas pela Defesa Civil, que envolvem reuniões técnicas, atendimentos ao público, capacitações, ações de planejamento e suporte administrativo às operações de resposta e prevenção a desastres.

O uso de copos descartáveis apresenta-se como solução mais prática e econômica, evitando custos adicionais com aquisição, higienização, armazenamento e controle de utensílios permanentes, além de contribuir para a racionalização dos recursos públicos e a eficiência administrativa.

O quantitativo estimado foi definido de forma conservadora, considerando o número de servidores, o fluxo administrativo e o histórico de consumo da Superintendência, não havendo alteração significativa na demanda que justifique ampliação dos quantitativos inicialmente previstos.

*Dessa forma, a aquisição se revela conveniente e oportuna, assegurando a continuidade das atividades institucionais da SMPDC, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, nos termos do **Decreto Municipal nº 18.892/2023** e da **Lei nº 14.133/2021**.”*

- **Procuradoria Geral do Município – PGM (id 0442339):**

“A pretensa aquisição tem por objeto a aquisição de copos descartáveis, destinados ao atendimento das necessidades rotineiras dos setores desta instituição, considerando o uso contínuo por servidores, colaboradores e público em geral.

*A utilização de copos descartáveis mostra-se necessária para garantir condições adequadas de **higiene, saúde e segurança**, especialmente em ambientes de uso coletivo, evitando a contaminação cruzada que pode ocorrer com a utilização de utensílios reutilizáveis. Ademais, os copos descartáveis proporcionam **praticidade e agilidade** no atendimento diário, bem como contribuem para a manutenção da organização e limpeza dos espaços físicos.*

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se imprescindível para o adequado funcionamento das atividades administrativas, garantindo o pleno atendimento das demandas institucionais.”

- **Secretaria de Governo – SGOV (id 0443418):**

“A presente aquisição tem por objetivo viabilizar o fornecimento de água e café, tanto aos servidores quanto aos usuários externos que frequentam as dependências da Secretaria de Governo (SGOV), de modo a propiciar um ambiente institucional adequado, organizado e compatível com padrões mínimos de conforto, higiene e bem-estar, condições estas indispensáveis ao pleno exercício das atividades administrativas e ao adequado atendimento ao público.

A definição do quantitativo demandado foi estabelecida com base nos quantitativos estabelecidos no Sistema de Registro de Preços Permanente nº 028/2025, considerados em conjunto com os quantitativos adicionais adquiridos por meio de cedências ao longo de sua vigência. Constatou-se que o saldo originalmente previsto revelou-se insuficiente para atender à demanda real desta Pasta, tendo sido integralmente consumido antes do encerramento do período de vigência do referido sistema, circunstância que evidenciou a necessidade de recomposição e de ajuste do quantitativo ora proposto, conforme demonstrado pelas notas de empenho que integram o presente instrumento.

Diante de todo o exposto, conclui-se pela imprescindibilidade da aquisição dos materiais de consumo em questão, tendo em vista a necessidade de garantir o atendimento pleno, contínuo e eficiente das demandas operacionais da Secretaria de Governo (SGOV).”

- **Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL (id 0444034):**

“ Considerando as orientações do Inciso VII, Art. 12 da Lei nº 14.133/2021 se fez necessária a elaboração de Documento de Formalização de Demanda – DFD, para Abertura de Processo Administrativo, justifica-se a manifestação quanto ao interesse em participar do processo de implantação da nova ata de sistema de registro de preços permanente – SRPP – para Eventual Aquisição de Material de Consumo (copo Plástico Descartável).

A aquisição de copos descartáveis para água faz-se necessária para atender às demandas diárias dos servidores, colaboradores e visitantes, garantindo condições adequadas de higiene e saúde no ambiente de trabalho. O uso de copos descartáveis reduz o risco de contaminação cruzada, evita o

compartilhamento de utensílios e atende às boas práticas sanitárias, especialmente em locais de uso coletivo. Além disso, trata-se de material de consumo essencial para o funcionamento regular das atividades administrativas, assegurando praticidade, organização e bem-estar dos usuários.

Junção das Secretarias

Visando manter as condições adequadas de atendimento e trabalho, a SMCL, visa fornecer meios aos servidores e munícipes a terem acesso, durante a sua estadia, a água e café que são fornecidos em nossas unidades. Ademais, considerando que antes da unificação a SEMESC, SML e SGP - Secretarias que manifestaram interesse no processo [00600-00044751/2024-45-e](#) - ocorreu um aumento no mínimo e máximo a registrar, tendo em vista a adição de unidades sob responsabilidade desta Secretaria."

Ressalta-se que, devido o objeto da presente aquisição ser de interesse de mais de um órgão, racionaliza-se o procedimento, permitindo que se proporcione estas várias pretensões contratuais em um único certame, tornando-se um procedimento mais célere.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

(inciso III, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso II, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

Critérios de Sustentabilidade

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito às obrigações do solicitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados. As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

Assim, objetiva-se atender a legislação vigente, visando a isonomia entre os participantes do certame e a não restrição da competitividade, e, por consequência, adquirir produtos de qualidade e com segurança para os seus usuários.

Da Garantia

A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito de fabricação que venham a apresentar, incluindo avarias durante o transporte até o local do recebimento e/ou problemas técnicos;

Devolver os produtos caso não estejam dentro das especificações constantes neste instrumento, ficando a contratada sujeita às sanções cabíveis;

Garantia de 12 meses;

A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito de fabricação que venham a apresentar, incluindo avarias durante o transporte até o local do recebimento e/ou problemas técnicos.

Subcontratação

É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto desta Minuta do Termo de Referência.

Da Alteração Subjetiva

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas.

6. Levantamento de Mercado

(inciso V, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso III, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

Para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, visando o levantamento de mercado com o escopo de definir a solução mais viável a ser contratada, tomou-se por base a motivação manifestada pelas unidades participantes, o objeto a ser adquirido, o modelo de contratação anteriormente utilizado, os resultados pretendidos e o interesse público da administração. Nesse viés, a análise baseia-se em três alternativas possíveis de soluções, vejamos:

Solução 1: Contratação por meio de adesão a Ata de Registro de Preços

Nesse modelo de solução cada unidade administrativa deve instruir seu processo, deve demonstrar a vantagem da contratação, deve demonstrar a dotação orçamentária para cobrir a despesa com a totalidade

do quantitativo que foi requerido na autorização junto ao órgão gerenciador e aceite ao fornecedor, estando adstrito a aceitar o fornecimento dos produtos de acordo com as condições e especificações que foi licitado, o que por vezes poderia não ser o mais adequado a depender da ação pretendida.

Além disso, as unidades administrativas estão condicionadas a adquirirem as aquisições disponíveis na Ata e devidamente permitido pelo órgão gerenciador e fornecedor, o que poderia inviabilizar ou frustrar alguma ação devido à quantidade não ser suficiente para a demanda pretendida no período solicitado.

Portanto, diante das características peculiares do objeto, a demanda institucional das Secretarias e os quantitativos estimados por órgão, acarretaria burocracia para encontrar atas que atendam todas as demandas em contratações similares.

Outros pontos a serem considerados com a utilização do Sistema de Registro de Preços:

- **Menos licitações**

O principal benefício do uso de um Sistema de Registro de Preços está no fato de que o poder público vai precisar fazer menos licitações, visto que o SRP é utilizado principalmente para contratações recorrentes, eliminando a necessidade de fazer mais um processo licitatório. Isso está de acordo com o princípio da economicidade, que rege o universo das licitações, já que um processo licitatório é custoso e utilizar o SRP é uma forma de manter a transparência e economizar recursos ao mesmo tempo.

- **Rapidez nas aquisições**

Outra vantagem do Sistema de Registro de Preços é o fato de que ele garante uma rapidez muito maior nas aquisições/contratações. Ao contrário de processos licitatórios, que envolvem a criação e publicação de um edital e diversas fases, com o SRP, as melhores ofertas estão disponíveis sempre que o poder público precisar, o que garante uma entrega muito mais rápida dos bens ou serviços contratados.

- **Aumento da competitividade**

Implementar um Sistema de Registro de Preços também aumenta a competitividade dos licitantes, já que um participante que fez uma oferta mais alta pode concordar em oferecer pelo mesmo preço do licitante vencedor.

- **Elimina problemas com armazenagem**

O poder público compra muito e em grandes quantidades. Se ele for sempre comprar tudo que precisa de uma vez, então terá um grande problema, que é: onde armazenar todo o material comprado?

Nesse sentido, um Sistema de Registro de Preços ajuda a resolver esse problema, já que o poder público poderá fazer mais de uma compra em lotes menores.

Dessa forma, os problemas de estoque e armazenamento se resolvem e o poder público não se vê obrigado a alugar um galpão logístico para armazenar tudo que comprou, por exemplo.

- **Registro compartilhado**

Outra grande vantagem do Sistema de Registro de Preços é que ele pode ser compartilhado entre outros órgãos públicos que queiram fazer compras semelhantes. Essa é uma vantagem tanto para o poder público, que vai poder economizar os recursos que gastaria com licitações, quanto para o empresário interessado em vender para o governo. Isso porque, com os seus preços no Sistema, as chances de ele vender para múltiplos órgãos públicos aumenta consideravelmente, já que várias entidades terão o preço oferecido à sua disposição para realizar as compras que forem necessárias.

- **Economia de recursos**

O Sistema de Registro de Preços é uma forma do governo economizar os recursos, isso porque não há obrigatoriedade de reserva orçamentária prévia. É uma forma de fazer valer o princípio da economicidade, o sistema permite ao poder público economizar no gasto com processos licitatórios e na hora de adquirir os bens. Ou seja, o poder público não precisa gastar dinheiro antes de comprar os itens que precisa.

Desse modo, a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL)** por meio de SRP se mostra uma solução apropriada e mais célere, considerando que o objeto é de interesse de mais de um órgão, possibilitando que em um único certame ocorram várias aquisições no decorrer do período de vigência da Ata de Registro de Preços. Logo, racionaliza-se o procedimento e reduz-se os custos com as aquisições.

A exemplo disso, cita-se o SRPP nº 028/2025, proveniente do Pregão Eletrônico nº 90030/2025, no qual sua vigência expira em 14/04/2026 (<https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/despesas/atas/1375>).

Desse modo, a solução pelo Sistema Registro de Preços se mostra altamente viável para a Administração Pública, pois deseja-se otimizar os processos de contratação e garantir uma maior transparência, controle dos gastos e evitar desperdícios. Com a redução de gastos e a otimização de processos, é possível destinar recursos em outras áreas, possibilitando um melhor atendimento às demandas da população.

Solução 2: Contratação por Licitação

Nesse modelo de solução, cada unidade administrativa deve instruir seu processo e deve demonstrar a dotação orçamentária para cobrir a despesa com a totalidade do quantitativo que foi mensurado. Além disso, o preço da contratação pode se tornar mais elevado a depender do quantitativo pretendido para a contratação.

Outro ponto a ser considerado, é que eventualmente pode ocorrer imprevistos que impossibilitem a realização de alguma ação, o que seria um transtorno, uma vez que o empenhamento é feito na totalidade do valor licitado, ainda que as aquisições ocorram parcelados.

7. Descrição da Solução como um Todo

(inciso VII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso IV, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

De acordo com o inciso XLV, art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, Sistema de Registro de Preços é o “conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, as obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras”.

O doutrinador Marçal Justen Filho, comentando o tema, asseverando que:

“O sistema de Registro de Preços (SRP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa.”

(...)

“Consiste num procedimento especial a ser adotado, que agiliza as aquisições na área pública, permitindo que os fornecimentos sejam feitos sem grandes entraves burocráticos, adaptados às contingências da vida moderna, eliminando uma série de medidas supérfluas e desnecessárias. A licitação, nesse caso, destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes, quantas vezes a administração o desejar.”

Dentre os diversos argumentos que justificam a adoção dessa estratégia de compras, ressalta-se a redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios, sendo que a execução conjunta culmina em um único certame. Tal fato implica, diretamente, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas, tal qual o sistema just in time, utilizado por grandes empresas e fábricas e recomendado pela Administração. Além disso, cumpre propor menção especial ao ganho de economia de escala, que retorna em economia de recursos para os cofres públicos. Ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria se o certame fosse de forma isolada.

Em âmbito Municipal o procedimento de Sistema de Registro de Preços é regulamentado no art. 38 do Decreto Federal nº 18.892/2023, que se refere às hipóteses de cabimento, vejamos:

“ Art. 38. O Sistema de Registro de Preços – SRP para aquisição e locação de bens ou contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, será adotado pela Administração Municipal quando julgar pertinente e obedecerá ao disposto nos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Decreto, nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou postos de trabalho, ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a programas do Município;

IV – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou via compra centralizada; ou

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.”

8. Estimativa das Quantidades para Contratação (inciso IV, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

O quantitativo estimado consolidado encontra - se em conformidade ao solicitado pelas unidades administrativas participantes, vejamos:

IT E M	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PEDIDO MÍNIMO	TOTAL A REGISTRAR
1	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PARA ÁGUA em polipropileno PP - OXI-BIODEGRADÁVEL, com capacidade mínima de 200 ml, normatizado conforme ABNT NBR 14865/2012. Selo do INMETRO. Produzido com a aditivo D2W. Tempo de decomposição do produto que deverá ser aproximadamente 18 (dezoito) meses. Marcas de Referência: Ecocoppo Green, Copobras ou similares. CAIXA COM 25 PACOTES DE 100 UNIDADES.CATAMAT 629998	CAIXA COM 25 PACOTES	4.135	7.227
2	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PARA CAFÉ em polipropileno PP - OXI-BIODEGRADÁVEL, com capacidade mínima de 50 ml, normatizado conforme ABNT NBR 14865/2012. Selo do INMETRO. Produzido com a aditivo D2W. Tempo de decomposição do produto que deverá ser aproximadamente 18 (dezoito) meses. Marcas de Referência: Ecocoppo Green, Copobras ou similares. CAIXA COM 25 PACOTES DE 100 UNIDADES. =CATMAT 629999	CAIXA COM 25 PACOTES	781	1.171

9. Estimativa das Quantidades e do Valor da Contratação

(incisos IV e VI, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso V, art. 9º da IN SEGES no 58/2022)

A estimativa prévia de valor da contratação foi realizada em conformidade com o inciso II, art. 23, da Lei Federal 14.133/2021, in verbis:

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;”

Os valores estimados para a Aquisição foram baseados em pesquisa no portal nacional de compras (615/2025 ID [0297237](#)) e o Estudo Técnico Preliminar – ETP (id 0388396), realizada pela SEMUSA:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PARA ÁGUA em polipropileno PP - OXI-BIODEGRADÁVEL, com capacidade mínima de 200 ml, normatizado conforme ABNT NBR 14865/2012. Selo do INMETRO. Produzido com a aditivo D2W. Tempo de decomposição do produto que deverá ser aproximadamente 18 (dezoito) meses. Marcas de Referência: Ecocoppo Green, Copobras ou similares. CAIXA COM 25 PACOTES DE 100 UNIDADES. CATMAT 629998	CAIXA COM 25 PACOTES	7.227	R\$ 92,00	R\$ 664.884,00
COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PARA CAFÉ em polipropileno PP - OXI-BIODEGRADÁVEL, com capacidade mínima de 50 ml, normatizado conforme ABNT NBR 14865/2012. Selo do INMETRO. Produzido com a aditivo D2W. Tempo de decomposição do produto que deverá ser aproximadamente 18 (dezoito) meses. Marcas de Referência: Ecocoppo Green, Copobras ou similares. CAIXA COM 25 PACOTES DE 100 UNIDADES. CATMAT 629999	CAIXA COM 25 PACOTES	1.171	R\$ 87,45	R\$ 102.403,95

Assim sendo, estima - se o Valor Total para a Aquisição em **R\$ 767.287,95 (setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos).**

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Contratação

(inciso VIII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso VII, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

O objeto da pretensa contratação é composto por itens divisíveis. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, pois verifica-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Assim, haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

(inciso XI, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso VIII, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual – PCA

(art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 7º do Decreto Municipal nº 18.892/2023)

5.1. A previsão para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL).

Ressalta-se que até a presente data não consta no portal transparência o Plano de Contratações Anual – PCA referente o ano 2026.

13. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

(inciso IX, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 inciso XI, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso X, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

Pretende-se com a formação do Registro de Preços, obter um mecanismo ágil e seguro para realização de futuras aquisições com entregas conforme a demanda da unidade requisitante, sem comprometimento da execução orçamentária.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) suprir as demandas para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL)** nas dependências das unidades administrativas para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

14. Providências a Serem Adotadas pela Administração

(inciso X, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XI, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

(inciso XII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, inciso XII, art. 9º da IN SEGES nº 58/2022)

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito às obrigações do solicitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados. As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

16. Declaração de Viabilidade (inciso XIII, art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021)

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se VIÁVEL em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Porto Velho, 09 de Fevereiro de 2026.

ISABELA SOARES ARANHA

Assessora da Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos – SEG/SMCL

Matrícula nº 68140

JELIANE GONÇALVES DA SILVA

Diretora do Departamento de Gestão dos Núcleos Administrativos – DGNA/SEG/SMCL



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Soares Aranha, Diretor(a)**, em 09/02/2026, às 14:48, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jeliane Gonçalves Da Silva, Diretor(a)**, em 10/02/2026, às 09:28, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0519787** e o código CRC **C7DD954C**.



005.004752/2025-66

0519787v1